

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E SEXUALIDADES

A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA E O TERRITÓRIO DE SANTOS: quem tem direito à cidade?

THE ABOLITION OF SLAVERY AND THE TERRITORY OF SANTOS: who has the right to the city?

Isabella Martins Cotting

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o processo histórico da abolição da escravatura e refletir como as lutas desse período reverberaram no acesso ao direito à cidade de Santos, através de um levantamento bibliográfico e documental para identificar como a história do período da abolição foi registrada e a relação com a cidade. Ao analisarmos a questão da segregação sócio-espacial no território de Santos é importante fazermos um levantamento histórico para refletirmos sobre a abolição da escravatura, pois há relações intrínsecas à questão racial, o que pouco foi pesquisado e observado na cidade. O resgate histórico auxilia a compreender parte da aparência do objeto que já foi revelada por outros/as pesquisadores/as. A questão racial é intrínseca a ela, e portanto, é necessário que a luta de classes seja indissociável a luta contra a opressão racial e de gênero.

Palavras-chaves: Quilombos; Santos; território; raça/etnia; segregação sócio-espacial.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the historical process of the abolition of slavery and reflect on how the struggles of this period reverberate in access to the right to the city of Santos, through a bibliographic and documentary survey to identify how the history of the abolition period was recorded and the relationship with the city. When analyzing the issue of socio-spatial segregation in the territory of Santos, it is important to carry out a historical survey to reflect on the abolition of slavery, as there are intrinsic relationships to the racial issue, which little has been researched and observed in the city. Historical recovery helps to understand part of the object's appearance that has already been revealed by other researchers. The racial issue is intrinsic to it, and therefore, it is necessary for the class struggle to be inseparable from the fight against racial and gender oppression.

Keywords: Quilombos; Saints; territory; race/ethnicity; socio-spatial segregation.

1 INTRODUÇÃO

[...] Brasil, meu nego/ Deixa eu te contar/ A história que a história não conta/ O avesso do mesmo lugar/ Na luta é que a gente se encontra/ [...] Com versos que o livro apagou/ Desde 1500 tem mais invasão do que descobrimento/ Tem sangue retinto pisado/ Atrás do herói emoldurado/ Mulheres, tamoios, mulatos/ Eu quero um país que não está no retrato/ Brasil, o teu nome é Dandara/ E a tua cara é de cariri/ Não veio do céu/ Nem das mãos de Isabel/ A liberdade é um dragão no mar de Aracati [...] (HISTÓRIA para ninar gente grande. Intérprete: Marquinho Art'Samba. Compositores: Tomaz Miranda, Ronie Oliveira, Márcio Bola, Mamá, Deivid Domênico, Danilo Firmino. In: SAMBA enredo G.R.E.S. Estação Primeira de Mangueira. Rio de Janeiro, 2019).

Este artigo tem as reflexões da minha pesquisa de conclusão do curso de Serviço Social na Universidade Federal de São Paulo que tem seu campus na cidade de Santos. O campo de estágio que atuei me fez refletir sobre a segregação sócio-espacial da população negra e em contato com a universidade conheci as lutas e resistências desse povo. Para isso, é preciso analisarmos a cidade.

E assim, inicio o debate conceituando que o território é questão central da história humana. Por isso, é representativo das épocas históricas, e em cada momento histórico há uma redistribuição do território e do trabalho. A divisão territorial do trabalho gera uma hierarquia (SANTOS E SILVEIRA, 2012).

A liberdade para essas pessoas foi apenas algo feito em papel. Não tiveram nenhuma política de inserção ao mundo do trabalho, acesso a moradia, alimentação e outras políticas sociais importantes para a sua sobrevivência. O que ocorreu foi totalmente o contrário, passaram de escravizados/as para trabalhadores/as livres com trabalhos precarizados, subalternizados e servis. Portanto, no Brasil a questão social também é intrínseca à questão racial que impossibilitou as pessoas negras a se tornarem parte da classe trabalhadora neste momento de transição para o trabalho livre (GONÇALVES, 2018). E até hoje é uma realidade presente:

[...] Periferias, vielas, cortiços/ Você deve tá pensando / O que você tem a ver com isso?/ Desde o início, por ouro e prata/ Olha quem morre, então/ Veja você quem mata/ Recebe o mérito a farda que pratica o mal/ Me ver pobre, preso ou morto já é cultural/ Histórias, registros e escritos/ Não é conto nem fábula, lenda ou mito [...] (NEGRO Drama. Intérprete: Racionais MC's. Compositores: Edy Rock e Mano Brown. In: NADA como um dia após o outro dia, Vol 1 & 2. São Paulo: Unimar Music, 2002).

Para responder a pergunta sobre o direito à cidade e as pessoas negras é necessário recorrer à história. Por isso, fiz um levantamento histórico sobre a abolição da escravatura, para

identificar como se deu o direito à cidade da população de Santos. Além disso, quis ressaltar que, apesar do racismo presente desde a colônia e estruturante na sociedade capitalista, a resistência desses povos e as formas de sobrevivência foram ações que transformaram o percurso da nossa história e assim continua até os dias atuais. Através da luta e do senso de comunidade, o movimento negro reivindica e resiste, desde o início da escravização, seja pela religiosidade, pelos quilombos, pela cultura, pelos seus corpos ou outras formas de comunhão.

Contar a história apenas do povo negro apenas pelo viés da escravização, não condiz com a realidade e estaria recorrendo em atos racistas. Pretendo aqui contar sobre o movimento abolicionista em Santos, os quilombos e o quanto o povo negro foi protagonista nessa ações. “A história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos.” (ADICHIE, 2019, p. 26).

2. SANTOS: TERRA CARIDADE E DA FRATERNIDADE

Inicialmente, é preciso analisarmos o território que pode ser definido por questões de infraestrutura, mas também por questões socioeconômicas. Ou seja, os movimentos sociais, cidadania, distribuição da agricultura, dos serviços que constituem as utilidades de um novo espaço geográfico. Portanto, quando se fala em território há uma relação entre materialidade (a natureza em si) e o seu uso (ação humana), ou seja, o trabalho, a política, enfim, o território vivo. O território revela as ações passadas e presentes (SANTOS E SILVEIRA, 2012).

É desse modo que se pode dizer que o espaço é sempre histórico. Sua historicidade deriva da conjunção entre as características da materialidade territorial e as características das ações. (SANTOS E SILVEIRA, 2012, p. 248). Assim, a cidade nasce a partir de um processo que reformula a relação do homem com a natureza. Intrínseca com a natureza da cidade está a organização da vida em sociedade: a existência política da cidade. “O próprio espaço urbano se encarrega de contar a sua história” (ROLNIK, 1995, p. 52), é a materialização da vida humana. Porém, não se considera que o próprio processo de segregação cria este território. Politicamente, a segregação é produto e produz o conflito social.

Em 1850, a Lei de Terras foi assinada pelo imperador Dom Pedro II e optou pela divisão de terras através de latifúndios, em vez de pequenas propriedades. Isso fez com que grandes espaços de terras estivessem em posse de poucas pessoas. A data em que entrou em vigor a Lei de Terras não foi por acaso, pois duas semanas antes Dom Pedro II assina a Lei Eusébio de Queirós, pressionado pela Grã-Bretanha, proibindo a entrada de novos escravizados

sequestrados da África no território nacional. Os latifundiários estavam com medo do fim da escravização e do risco da falta de mão de obra, pois essa proibição impedia que os ex-escravizados e os imigrantes europeus tivessem as suas próprias terras e, sim, vender a sua mão de obra para ter acesso às terras. E isso também aconteceria com os camponeses que foram expulsos de suas terras por não pagarem as taxas previstas nessa lei (WESTIN, 2020).

Então, o espaço passa a ter lógica de mercadoria na sociedade capitalista, a partir da instituição da propriedade privada que extingue e invisibiliza demais formas de uso e ocupação de terras. Tais formas de viver possuem práticas econômicas e de sociabilidade que não seja tipicamente da sociedade capitalista, questionando essa relação da terra com o capitalismo.

Portanto, como já afirmado acima, o espaço é histórico, socialmente produzido. A questão das terras é uma questão ligada à formação social do Brasil, já que essas terras se tornam mercadoria e por sua vez, há vinculação com as relações étnicas e raciais: de quem tem acesso às terras e quem é expulso (CARDOSO, PAZ E DINIZ, 2022). Importante tal reflexão sobre a terra enquanto seu uso e não como bem material, que ganha esse status com o capitalismo. A terra não é mais livre, é um bem alienável, podendo usufruir quem apenas tem a posse dela.

A partir de 1880 o movimento abolicionista teve força na cidade de Santos, com a constituição de quilombos, principalmente o Quilombo do Jabaquara. As fugas para quilombos sempre existiram na sociedade escravista. O medo das rebeliões lideradas por escravizados foragidos era constante. Todavia, ao mesmo tempo setores da população livre se envolviam na luta, no auxílio para as fugas, refugiando esses escravizados foragidos. E também havia relatos de escravizados que exigiam sua liberdade e salários para continuarem trabalhando (LANNA, 1996).

Em 1869, Santos se torna o palco uma ação judicial para a libertação de pessoas negras escravizadas, através da defesa de Luiz Gama, um ex-escravizado que se tornou advogado compromissado com a luta abolicionista e que defendeu escravizados, tornando-os libertos em conformidade com a lei. De fato, um líder e ativista do movimento negro. O português Manoel Joaquim Ferreira Netto era um empresário rico que possuía fazendas, armazéns e casas de comércio em Santos, em São Paulo e no interior paulista. Morreu em 1868 deixando em seu testamento a vontade de alforriar seus 217 escravizados após a sua morte (WILLIAMS, 2021).

Ao saber disso, Luiz Gama escreveu uma petição de próprio punho e se dirigiu a Casa da Câmara e Cadeia (a Cadeia Velha de Santos), a fim de defender a liberdade desses escravizados. Ao decorrer do processo solicitou que além do pedido de liberdade dos escravizados, a família de Ferreira Netto deveria ser criminalizada, pois escravizou pessoas consideradas já livres.

Apenas em 1872 que Luiz Gama consegue ganhar o processo e libertar os escravizados. Porém, lhes foi dada a obrigação de trabalhar ainda por 12 anos após a morte, ou seja, até 1878. Em 1878 jornalistas vão ao local ver a comemoração da liberdade dos escravizados e contabilizaram apenas 130 deles, os outros vieram a óbito (WILLIAMS, 2021).

Na cidade de Santos havia o Quilombo do Jabaquara, que diferentemente de todos os que foram estudados ao longo da história, não foi criado pela organização dos próprios escravizados que fugiam do trabalho servil, buscavam se organizar e não queriam interferência externa. O quilombo foi idealizado em um sítio, um terreno cedido por Benjamim Fontana e Geraldo Leite Fonseca, no Morro do Jabaquara, atualmente, próximo à Santa Casa. Seu líder era Quintino de Lacerda, sergipano e ex-escravizado, que não fora escolhido pelos escravizados, e sim pela elite, decisão imposta para quem morasse no quilombo, apesar de ser visto, reconhecido e respeitado pelas pessoas que lá moravam (LANNA, 1996).

Quintino não deixava de reconhecer as violências da escravização sob as pessoas negras e lutar pelos seus direitos. Entretanto, não aceitava qualquer forma de rebelião e ímpeto de justiça, e buscava a pacificação, aceitando as condições de trabalhadores livres. Por isso, usava a sua força, influência e conhecimento para enfraquecer a vontade de resistência e luta dos escravizados, para não se tornar uma grande rebelião. Buscava transformá-los em “bons trabalhadores” livres (MOURA, 1988).

Outro quilombo existente na cidade era o Quilombo do Pai Filipe, localizado na Vila Mathias, que diferentemente do Quilombo do Jabaquara, foi criado e organizado pelos próprios escravizados foragidos. O pai Filipe, líder do quilombo, conhecido como “rei batuqueiro” foi um rei na África, acredita-se que sua origem era da nação Nagô e detinha uma marca desde que nasceu, que em sua cultura significava um símbolo de nobreza. Assim que foi sequestrado é reconhecido como tal, e por isso, como um líder nato, guiou seu povo até conseguirem se refugiar. Chefiou o quilombo onde hoje é a cidade de Cubatão, que foi invadido e incendiado por bandeirantes. Os que conseguiram fugir encontraram o local próximo ao Morro do Monte Serrat, atualmente em frente a Avenida Ana Costa, no cruzamento com a Avenida Rangel Pestana, onde hoje são as garagens dos bondes. Ali se refugiaram e trabalharam com o corte de madeira vendidas para lenha e construção e também a venda de chapéus de palha. O pai Felipe não aceitou a submissão à Quintino de Lacerda, tinha uma ideia diferente quanto a liderança e o aquilombamento (LANNA, 1996).

Aos domingos, Pai Filipe, abria o quilombo para que os abolicionistas participassem de suas festividades e onde contava histórias também. A música e o canto estavam presentes no quilombo, onde dançavam ao som do tambaque, pandeiro e chocalho, o que mais tarde seria conhecido como samba. A música ecoava até a orla da praia. E por isso até hoje recebe homenagens dos e das sambistas santistas no dia nacional do samba, que se direcionam até o local onde foi o quilombo e cantam ao nascer do sol para o Pai Filipe e os escravizados foragidos que lá viveram e foram precursores do samba na cidade (SANTOS, 2022).

O aquilombamento, mesmo que com diferenças, como o Quilombo do Jabaquara, é uma prova de que nunca houve escravização branda, o que foi defendido com o advento do mito da democracia racial. A escravização foi um marco de desumanidade na história do nosso planeta, as pessoas negras foram sequestradas de várias partes do continente africano. Sua destruição foi planejada não só com o medo de se ter uma nação negra, mas além disso, uma nação negra que provou que haveria formas alternativas de viver em sociedade, seja política, econômica e socialmente, e por isso não há vestígios na história.

Com o fim da escravização, os caminhos que levaram o Brasil para modernização foram: substituir a mão de obra negra pela mão de obra do imigrante branco, europeu, só que agora assalariada, sob a justificativa de que os negros eram incapacitados para essa nova fase que o país vivia. E esse trabalhador branco europeu não serviria apenas de mão de obra, mas traria a sua cultura com o medo da iminência do Brasil se tornar um país de pessoas pretas. A teoria do embranquecimento passa a ser fundamentada por questões científicas, o conhecido darwinismo social, em que estudos científicos provavam essas falácias sobre os negros. É isto que explica o porque esta população continua marginalizada até hoje (MOURA, 1988).

A política do embranquecimento pensou em alternativas que não transformassem os escravizados em trabalhadores livres, em razão de não querer que o Brasil se tornasse uma “nação preta”, visto que a grande massa era formada por escravizados. Assim, os imigrantes europeus se tornaram a forma de implementar a classe trabalhadora no Brasil já a partir de 1880. Eram trazidos para trabalharem nas fazendas, principalmente. Isto permitiu que os traficantes de escravos conseguissem manter-se no circuito do mercado internacional, transformando-os em contratadores de imigrantes europeus (MOURA, 1988).

O novo projeto de nação em pauta só incluiria de fato homens brancos, baseado em um princípio de igualdade existente na ideia de República. Procurou-se argumentos científicos para justificar essa concepção totalmente racista. As faculdades de medicina e de direito difundiam

tal pensamento. Muitos intelectuais e críticos defendiam essa concepção. Assim, as pessoas negras que foram escravizadas por serem mais “aptas” ao trabalho, tornaram-se de repente não aptas para a sociedade capitalista (GONÇALVES, 2018). Porém, haviam muitas pessoas negras trabalhando nas ferrovias, mesmo quando escravizados e após a proibição da escravização, mesmo que não fosse o trabalho formal da nova sociedade em construção (LANNA, 1996).

Após 1888, verificam-se os mecanismos mais sofisticados de exclusão da população negra no Brasil, algumas vezes explícitas, mas em sua maioria veladas. Mesmo lutando pela sua liberdade de ir e vir, participação da vida na cidade, do direito ao trabalho livre, garantia de direitos e até poder viver suas vidas de forma alternativas do que as impostas pela sociedade burguesa. Contudo, a elite branca vetou sua participação na vida pública, o que sobrou a essas pessoas foi continuar com os trabalhadores de servidão e receber uma quantia irrisória, a marginalização e a total exclusão, inclusive no espaço urbano.

Fica explícito quando Quintino de Lacerda se torna vereador em 1895 (LANNA, 1996). Quintino de Lacerda não luta por uma construção crítica do movimento negro, e sim, por garantir espaços de sobrevivência e liberdade na época, o que necessitava aceitar, ainda, uma certa servidão, que foi o que ocorreu em todo o território nacional com a abolição. A elite branca abolicionista pedia a ele certos favores, que eram prontamente aceitos porque tinham algo em comum: foram pessoas que lutaram contra a continuação da escravização. Contudo, mesmo sendo reconhecido pela elite da época como um líder, não poderiam aceitar tê-lo ocupando o mesmo lugar que eles, já que os demais vereadores da Câmara se recusaram a tomar posse ao seu lado. A elite solicitava a ele “favores” para conter os ex-escravizados, só que restringia sua participação na vida pública (LANNA, 1996)

De fato, o que deve-se questionar é que havia uma aliança feita por abolicionistas, os escravizados e os ex-escravizados, e que na verdade, após a abolição as pessoas negras permaneceram sendo excluídas, com trabalhos precarizados. Fecharam-se os sonhos prometidos enquanto soava a liberdade que tanto lutaram: não havia participação política e muito menos ocupação dos mesmos espaços que os brancos.

O padrão da branquitude cria a hierarquização dos grupos étnico-raciais que é funcional para o capitalismo. A branquitude se dá pelo “ser branco”, como alguém que ocupa determinadas posições e lugares sociais a partir do fenótipo, funcionando como um “passê” que acessa lugares diferenciados da população negra, e que, mesmo sendo pessoas negras,

quanto mais traços tiverem de pessoas brancas podem ser mais “aceitas” (EURICO, 2018). Um grupo tem privilégios e outro tem péssimas condições de vida, até o mesmo de morte. E por isso é importante debater esse tema, tirando esse olhar aos racializados, que se constrói a noção de raça através de normalizar e universalizar uma cor: a cor branca (BENTO, 2022).

Esse pacto da branquitude possui um componente narcísico de auto preservação, como se o "diferente" ameaçasse o "normal", o "universal", esse sentimento de ameaça e medo está na essência do preconceito, da representação que é feita do outro e da forma como reagimos a ele. É preciso questionar e quebrar o silêncio que existe sobre essa temática, porque é justificado que pessoas brancas estarem em suma maior em locais de poder é pelo seu mérito e que pessoas negras não ocupam pelo simples despreparo. Pautado na meritocracia esse discurso é perpetuado, e justifica as desigualdades sociais que acabam beneficiando uma pequena parcela da população e que passa de geração em geração. Não há a consideração da história e como se deram as relações sociais. E toda vez que discutimos sobre a escravidão na nossa sociedade sempre é tratado sobre os impactos que isso teve para a população negra, e nunca é citado os impactos positivos que teve para a população branca (BENTO, 2022).

Apreender as múltiplas determinações das relações étnico-raciais requer tomar como ponto de partida os impactos do silenciamento acerca dos privilégios do grupo branco, sustentado pela via do branqueamento e da construção social da branquitude nas produções acadêmicas acerca da população negra, no contexto da sociedade brasileira. (EURICO, 2020, p.73).

Segundo Cida Bento, nós, pessoas brancas, precisamos nos reconhecer como parte desse grupo que expropriou outros grupos e continua expropriando por conta da perpetuação dessa dominação de um grupo sobre o outro (BENTO, 2022). E a autora diz sobre o que podemos fazer enquanto pessoas brancas que de fato querem ser antirracistas:

É dessa forma que o debate sobre desigualdades se encontra cada vez mais visível, gerando indignação em segmentos que não se manifestaram, como os brancos antirracistas e que perguntam: O que podemos fazer para destruir esse sistema tão desigual e perverso? Qual é o nosso lugar de brancos e brancas antirracistas? (BENTO, 2022, p. 122).

A partir de 1980, ocorre a ascensão dos movimentos negros, reivindicando direitos, falando sobre racismo e adentrando a espaços para que essa discussão ocorresse. O Serviço Social na mesma época também passa por uma readequação da forma de constituir-se enquanto profissão firmando seu compromisso com a classe trabalhadora e se entendendo

como tal. O debate étnico-racial incide na profissão, e isso se dá pelo fato, principalmente, da inserção de mulheres negras e militantes na profissão. A partir disso ocorre uma reflexão para repensar as referências teóricas e ampliar esse debate, compreendendo os desdobramentos do racismo institucional na prática profissional, como por exemplo, o Código de Ética Profissional da/do Assistente Social, aprovado em 1993, que prevê pela primeira vez a questão da não discriminação (EURICO, 2018).

Apesar de tudo, a luta continua... A atuação das pessoas negras em suas ações coletivas contestou e contesta a história. Necessário se faz apontar que o samba na cidade de Santos, até hoje, reverencia e homenageia a figura do Pai Filipe, considerado o precursor do samba na cidade. O samba é a fala e o som que ecoa a voz das pessoas negras, que unidas em comunhão, em sobrevivência, em compartilhamento de saberes, é considerado importante para o movimento negro. Pode não ser institucionalmente visto assim, mas é.

[...] Tudo que bate é tambor/ Todo tambor vem de lá/ Se o coração é o senhor, tudo é África/ Pois em prática, essa tática, matemática falou/ Enquanto a terra não for livre, eu também não sou [...] (PRINCIPIA. Intérpretes: Emicida, Fabiana Cozza, Pastor Henrique Vieira e Pastoras do Rosário. Compositores: Emicida e Nave part. Pastor Henrique Vieira. In: AMARELO. São Paulo: Laboratório Fantasma, 2019).

Em Santos, também temos a figura importantíssima de Alzira Rufino, uma mulher negra, enfermeira e militante partidária do PT (Partido dos Trabalhadores) que, ao encontrar em seus aliados de partido a dificuldade de trazer a pauta da questão racial intrínseca a questão de classe, já que esses aliados acreditavam que a pauta racial não tinha relação com a desigualdade social, funda em 1986 o Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista que tinha um viés apartidário (FRANÇA, 2022). O coletivo também é responsável por realizar ações de resgate da autoestima do povo negro e da divulgação da sua cultura e história, como coral infantil, grupo de dança afro, e da divulgação de cartilhas e boletins informativos sobre a história e cultura do povo negro. O coletivo criou a Casa da Mulher Negra de Santos existia um restaurante que divulgava a culinária afro-brasileira e tinha o viés de empregabilidade e capacitação de mulheres negras. A casa fechou em 2019, por falta de investimentos e iniciativas que continuassem com os projetos já criados. Durante todos esses anos foi presidida por Alzira Rufino, que faleceu em abril de 2023, deixando seu legado tão importante para as mulheres negras do Brasil e para a população negra em geral (SIMÕES, 2023).

E não poderia deixar de mencionar a Augusta França, guia turística idealizadora “Tur-Mochilando Afro Culturas” e ativista do movimento negro de Santos que há mais de 20 anos que atua pesquisando sobre a presença negra na cidade de Santos, produzindo cultura e organizando eventos sobre negritude e que hoje, através desse projeto de afroturismo, traz a tona a história das pessoas negras na cidade, sobre tudo o que foi mencionado aqui. É a precursora desse trabalho na região (SANTOS, 2023).

3 CONCLUSÃO

O direito à cidade ocorreu de forma segregada em todo o território brasileiro, e isso se deu principalmente devido ao pauperismo que vivia e ainda vive a população negra após a abolição da escravatura. A chegada dos imigrantes, o passado colonial e as teorias racistas reforçam as pessoas negras em uma posição de subalternidade. Havia a concorrência com os imigrantes e estes eram os trabalhadores desejados. A liberdade para eles não se deu com acesso à cidadania. A República e a abolição da escravatura não proporcionaram isso aos escravizados que tinham deixado de ser subalternizados. Os trabalhadores portuários tinham mais estabilidade no trabalho. Porém, a instabilidade, a mobilidade e a não definição da habitação, não possuindo uma certa privacidade da vida em suas moradias. Essa era a realidade da classe trabalhadora.

Criaram impedimentos para que as pessoas negras se associassem para manter viva a história e memória da luta do povo negro. Por isso a repressão contra os batuques e jogos das pessoas negras em Santos. No final do século XIX verificamos a presença, além da vadiagem, do higienismo e outras práticas baseadas na ciência que utilizavam para defender sua ideologia racista, baseada no “progresso”. A maneira que essas pessoas eram excluídas, a população pobre no geral, encontravam formas de se associarem, através da solidariedade e identidade. Isso foi extremamente importante para os movimentos sociais ligados à classe trabalhadora.

Essa elite “humanitária e libertária”, com o discurso da abolição controlava os escravos foragidos nos quilombos comandados por eles para que trabalhassem em suas terras, nas suas propriedades, ou executando crimes, acabando com as greves dos trabalhadores, e após não serem mais úteis os expulsavam de seus terrenos, já que a terra era valorizada. Reverenciavam o Major Quintino de Lacerda, quando esse cumpria suas ordens, mas a partir do momento que, sendo o primeiro homem negro a ocupar a Câmara dos Vereadores, não é aceito, já que estava

saindo do papel que a sociedade lhe impôs. Adoravam frequentar o Quilombo do Pai Filipe, só que não aceitavam as festas, brincadeiras e danças das pessoas negras em suas moradias.

Esse estudo teve como finalidade entender como se deu a abolição da escravatura de uma cidade dita como a “terra da liberdade e da caridade”, com a presença forte do movimento abolicionista que, ao mesmo tempo segrega e exclui as pessoas negras e pobres, já que essas não tinham o comportamento da nova cidade que precisava ser implementada. Que até hoje segrega e retira a cidadania desses povos.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. 1ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**, 1 ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- CARDOSO, Isabel Cristina da Costa; PAZ, Rosangela Dias Oliveira da Paz; DINIZ, Tania Maria Ramos de Godoi. **Terra, política e trabalho**: uma agenda para o exercício profissional. In: NOZABIELLI, Sônia Regina; VAZQUES, Daniel Arias; NOGUEIRA, Claudia Mazzei (orgs.). *Questão Social em Tempos de Pandemia*. Assis: Gráfica Editora Triunfal Ltda, 2022, p. 182-197.
- EURICO, Marcia Campos. EM PAUTA, **Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – 1º Semestre de 2020 - n. 45, v. 18, p. 69 - 83.**
- EURICO, Marcia Campos. **A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social**. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 133, p. 515-529, set./dez. 2018.
- FRANÇA, Lorryne Thayse Pereira. **Alzira Rufino e o Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista**: Nós, Mulheres Negras, Resistimos. Universidade de São Paulo, Escola de Comunicação e Arte, curso de Cultura, Educação e Relações Étnico-Raciais: São Paulo, 2022. Disponível em: <http://celacc.eca.usp.br/pt-br/celacc-tcc/2127/detalhe>. Acesso em 28 abr. 2024.
- GONÇALVES, Renata. **Quando a questão racial é o nó da questão social**. *R. Katál*, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592018v21n3p514/37966>. Acesso em: 26 abr. 2024.
- HISTÓRIA para ninar gente grande. **Intérprete**: Marquinho Art’Samba. Compositores: Tomaz Miranda, Ronie Oliveira, Márcio Bola, Mamá, Deivid Domênico, Danilo Firmino. In: *SAMBA enredo G.R.E.S. Estação Primeira de Mangueira*. Rio de Janeiro, 2019.
- Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/mangueira-rj/samba-enredo-2019-historias-para-ninar-gente-grande/>. Acesso em: 20 abr. 2024.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. **Uma cidade na transição Santos: 1870-1913**. Santos: Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia HUCITEC Ltda, 1996.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988.

NEGRO Drama. Intérprete: Racionais MC's. **Compositores**: Edy Rocky e Mano Brown. In: NADA como um dia após o outro dia, Vol 1 & 2. São Paulo: Unimar Music, 2002. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/racionais-mcs/63398/>. Acesso em 20 abr. 2024.

O Quilombo do Pai Filipe, rei africano e batuqueiro. Instituto Procomum. Memórias, narrativas e tecnologias, Santos. Disponível: <https://mapamnt.procomum.org/mapa/o-quilombo-do-pai-felipe-rei-africano-e-batuqueiro/>. Acesso em 22 abr. 2023.

PRINCIPIA. Intérpretes: Emicida, Fabiana Cozza, Pastor Henrique Vieira e Pastoras do Rosário. **Compositores**: Emicida e Nave part. Pastor Henrique Vieira. In: AMARELO. São Paulo: Laboratório Fantasma, 2019. Disponível em: <https://g.co/kgs/hF1Jaq>. Acesso em 20 abr. 2024.

ROLNIK, Raquel. **O que é a cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ROLNIK, Raquel. **Territórios negros nas cidades brasileiras**: etnicidade e cidade em São Paulo e no Rio de Janeiro. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, n. 17, p. 29-41, set. 1989. Disponível em: <https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2013/04/territc3b3rios-negros.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2024.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil**: o território e sociedade no início do século XXI. 16ª ed - Rio de Janeiro: Record, 2012.

SANTOS. Prefeitura de Santos. “Alvorada” rende homenagens a personalidades do samba em Santos. Santos, dez. de 2022. Disponível em: <https://www.santos.sp.gov.br/?q=noticia/alvorada-rende-homenagens-a-personalidades-do-samba-em-santos>. Acesso em 26 abr. 2024.

SANTOS. Prefeitura de Santos. **Cultura africana e afrodescendente é celebrada em Santos com roteiro turístico**. Santos, 24 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://www.santos.sp.gov.br/?q=noticia/cultura-africana-e-afrodescendente-e-celebrada-em-santos-com-roteiro-turistico>. Acesso em 26 abr. 2024.

SIMÕES, Nataly. **Ativista e escritora Alzira Rufino morre em Santos, aos 73 anos**. Portal Geledés, 27 de abril de 2023. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/no-orun-alzira-rufino-escritora-e-ativista-morre-os-73-anos/>. Acesso em 26 abr. 2024.

WILLIAMS, Sérgio. **Era uma vez... em Santos**: palco da maior ação judicial de libertação de escravos do Brasil. A Tribuna, Santos, maio de 2021. Disponível em: <https://www.tribuna.com.br/cidades/santos/era-uma-vez-em-santos-palco-da-maior-acao-judicial-de-libertacao-de-escravos-do-brasil>. Acesso em 20 abr. 2024.